



PROCESSO Nº 3442/12

ÓRGÃO DE ORIGEM: SEFIPE - TCDF.

ASSUNTO: **Inspeção**

EMENTA: Decisão nº 5018/11 (fls. 2/4) - prolatada no bojo do Processo nº 26.624/09, determinou, em seu item VII, a autuação dos presentes autos para continuidade da inspeção determinada no item VI da Decisão nº 485/11 (fl. 01).

- A inspeção, na PCDF e em outros locais necessários, objetivou a identificação dos peritos médicos legistas que acumulam dois cargos públicos com jornada superior a 60 horas semanais, bem como a verificação se essa forma de exercício cumulativo causa prejuízos à Administração, aos próprios médicos e à população por eles atendida.

- Atendimento parcial da diligência determinada pela Decisão nº 5018/11 (fls. 02/04)

- Instrução (fls. 1149/1190) concluindo pela inviabilidade da acumulação de cargos com jornada de serviço de 80 horas semanais.

- **Decisão nº 6401/12** (fls. 1208) – solicita manifestações da PCDF e da SES/DF quanto à Instrução (fls. 1149/1190), Parecer do MP (fls. 1194/1200) e Relatório/Voto (fls. 1201/1207).

- **Decisão nº 233/13** (fls. 1226) – esclarece devem ser notificados todos os servidores que acumulam carga horária de 80 horas semanais.

- **Decisão nº 178/13** (fls. 1231) – Prolatada no Processo nº 30.402/12, determinou a juntada do documento de fls. 1232/1237 para subsidiar, no que couber, a análise destes autos.

- **Manifestações/defesas improcedentes. Pela manutenção do entendimento. Determinações.**

Senhor Diretor,

Cuida o presente processo da inspeção determinada no item VI da Decisão nº 485/11 (fl. 01,) prolatada no âmbito do Processo nº 26.624/09, e que, por força do item VII da Decisão nº 5.018/11 (fls. 2/4), passou a ser acompanhada nestes autos.

2. A inspeção objetivou a identificação dos peritos médicos legistas que acumulam dois cargos públicos com jornada superior a 60 horas semanais, bem como a verificação se essa forma de exercício cumulativo causa prejuízos à Administração, aos próprios médicos e à população por eles atendida.



3. Na última manifestação desta Divisão, às fls. 1149/1191, concluiu-se pelo atendimento parcial da diligência baixada por meio da Decisão nº 5.018/11, bem como pela inviabilidade da acumulação de cargos com jornada de serviço de 80 horas semanais.

4. Por meio da Decisão nº 6.401/12 (fls. 1208), o Tribunal solicitou manifestações da PCDF e da SES/DF quanto à Instrução (fls. 1149/1190), Parecer do MP (fls. 1194/1200) e Relatório/Voto (fls. 1201/1207), levando em conta o Processo nº 38.097/07. Ademais, por meio da Decisão nº 233/13 (fls. 1226), esclarece às jurisdicionadas que devem ser notificados todos os servidores que acumulam carga horária de 80 horas semanais.

5. Também, por meio da Decisão nº 178/13 (fls. 1231), prolatada no Processo nº 30.402/12, o TCDF determinou a juntada do documento de fls. 1232/1237 para subsidiar, no que couber, a análise destes autos.

6. Em atendimento às Decisões retromencionadas nºs 6401/12 e 233/13, foram protocolados os documentos de fls. 1238/1345, os quais passamos a analisar.

ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES

7. Por meio dos Ofícios nºs 393/2013-DGP (fl. 1238) e 462/2013-DGP (fl. 1340), a PCDF encaminhou a defesa apresentada pelos 12 servidores abaixo elencados, relacionados à prática de 80 horas semanais:

ALUÍSIO TRINDADE FILHO	
Matrícula	23.652-7
Achados da Instrução Anterior	fls. 1172, 1173, 1174
§ 62 – d – escala de serviço divergente da folha de ponto, ou seja, os dias/horários lançados na escala não guardam correspondência à frequência registrada na folha de ponto (vários dias de dezembro/11); § 65 – b.2 – exerce longas jornadas sem intervalo para repouso (maior que 1 hora); § 66 – prática de horas extras mesmo acumulando 80 horas semanais.	
Argumentos de Defesa	fls. 1240/1245
a) A acumulação de cargos é prerrogativa constitucional (art. 37, XVI) com limitação apenas da compatibilidade de horários e de serem 2 cargos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, no caso, médico. Inexistindo assim, a limitação imposta pela Corte; b) Apresenta julgados (STJ e TJDFT) e Parecer da PGDF pela inviabilidade de imposição de limites à carga horária; c) A Administração deve se limitar a aferir a compatibilidade; d) Alega estar aposentado desde 24/08/12. Entretanto, à época da atividade, os cargos ocupados ultrapassavam 60 horas, mas eram compatíveis e não	



comprometiam sua eficiência, conforme seus assentamentos.

Observações

- a) não foram juntados comprovantes do que foi alegado na alínea “d” supra;
- b) nada foi dito mais especificamente a respeito dos achados.

MARGARIDA HELENA SEREJO MACHADO

Matrícula 39.476-9

Achados da Instrução Anterior

fls. 1171, 1173

§ 62-a – sobreposição de jornada de trabalho (junho/11);

§ 65-a – trabalha todos os dias da semana

Argumentos de Defesa

fls. 1247/1260

- a) A acumulação de cargos é prerrogativa constitucional (art. 37, XVI) com limitação apenas da compatibilidade de horários e de serem 2 cargos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, no caso, médico. Inexistindo assim, a limitação imposta pela Corte;
- b) Apresenta julgados (STJ e TJDFT) e Parecer da PGDF pela inviabilidade de imposição de limites à carga horária;
- c) Apresenta Parecer do Chefe do Núcleo de Análise de Acumulação de Cargos e Quintos da SES/DF que verificou a inexistência de choques de horários;
- d) A Administração deve se limitar a aferir a compatibilidade;
- e) Os cargos ocupados ultrapassam 60 horas, mas são compatíveis, conforme comando constitucional.

Observações

- a) não foram juntados comprovantes do que foi alegado na alínea “c” supra, ao contrário, os achados da instrução anterior demonstram exatamente o oposto.

RODRIGO NASCIMENTO DE AVELLAR FONSECA

Matrículas 39.481-5 e 135.342-0

Achados da Instrução Anterior

fls. 1159 e 1190

§ 35 – duplo recebimento de cargos efetivos (médico e perito médico legista) sem vinculação a acumulação de jornada de trabalho, ou seja, exerce 40hs (MPDFT) e recebe por 80hs (PCDF e SES)

§ 93, VI, b-1 (cientificação do servidor)

Argumentos de Defesa

fls. 1262/1292

- a) Foi cedido ao MPDFT, pela PCDF e pela SES/DF, para exercer atribuições próprias de médico e médico-legista com dedicação exclusiva;
- b) Elogio funcional - 1ª Promotória do Júri de Brasília-DF;
- c) Elogio funcional – Pró-Vida;
- d) Trata-se de cessão de caráter especial que tem como justificativa o exercício de uma atividade que o MPDFT não dispõe de quadro próprio e que apresenta interesse e relevância pública, que por sua especificidade traz



ganhos à Administração e a população, empregando as qualificações profissionais inerentes aos vínculos em sua totalidade.

Observações

- a) A argumentação trazida, não afasta o já deliberado na Decisão nº 2.975/08 (Processo nº 38.097/07), que, por sua vez, não está sendo cumprida.
- b) Além disso, esse tempo não deve ser computado em duplicidade.

JOSÉ FLÁVIO DE SOUZA BEZERRA

Matrícula 39.485-8

Achados da Instrução Anterior

fls. 1171/1172 e 1174

§ 62-c – prestação de jornada de trabalho inferior à fixada em lei, sem indicação de compensação de horário.

§ 65-c-1 – jornadas longas e consecutivas, com curto intervalo para repouso entre elas.

§ 66 – prática de horas extras mesmo acumulando 80 horas.

Argumentos de Defesa

fls. 1294/1297

- a) A acumulação de cargos é prerrogativa constitucional (art. 37, XVI) com limitação apenas da compatibilidade de horários e de serem 2 cargos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, no caso, médico. Inexistindo assim, a limitação imposta pela Corte;
- b) Apresenta julgados (STJ e TJDFT) e Parecer da PGDF pela inviabilidade de imposição de limites à carga horária;
- c) A Administração deve se limitar a aferir a compatibilidade;
- d) Alega estar aposentado desde 24/01/13. Entretanto, à época da atividade, os cargos ocupados ultrapassavam 60 horas, mas eram compatíveis e não comprometiam sua eficiência, conforme seus assentamentos.

Observações

- b) não foram juntados comprovantes do que foi alegado na alínea “d” supra, ao contrário, os achados da instrução anterior demonstram exatamente o oposto.

HILDECI JOSÉ RESENDE

Matrícula 39.486-6

Achados da Instrução Anterior

fls. 1173

§ 65-b-1 – exerce longas jornadas sem intervalo para repouso (maior que 1 hora).

Argumentos de Defesa

fls. 1299/1301

- a) A acumulação de cargos é prerrogativa constitucional (art. 37, XVI) com limitação apenas da compatibilidade de horários e de serem 2 cargos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, no caso, médico. Inexistindo assim, a limitação imposta pela Corte;
- b) Apresenta julgados (STJ e TJDFT) e Parecer da PGDF pela inviabilidade de imposição de limites à carga horária;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 1374
Proc.: 3442/12
Rubrica

c) A Administração deve se limitar a aferir a compatibilidade;
d) Os cargos ocupados ultrapassam 60 horas, mas são compatíveis.
Observações
a) não foram juntados comprovantes do que foi alegado na alínea “d” supra;
b) nada foi dito sobre o achado da instrução anterior.

VILSON DE MATOS LIMA	
Matrícula	39.491-2
Achados da Instrução Anterior	fls. 1171, 1174
§ 62-b – horário de entrada em um órgão igual ao horário de saída em outro	
§ 65-c-2 – jornadas longas e consecutivas, com curto intervalo para repouso entre elas.	
§ 66 – pratica de horas extras mesmo acumulando 80 horas	
Argumentos de Defesa	fls. 1303/1307
a) A acumulação de cargos é prerrogativa constitucional (art. 37, XVI) com limitação apenas da compatibilidade de horários e de serem 2 cargos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, no caso, médico. Inexistindo assim, a limitação imposta pela Corte;	
b) Apresenta julgados (STJ e TJDFT) e Parecer da PGDF pela inviabilidade de imposição de limites à carga horária;	
c) A Administração deve se limitar a aferir a compatibilidade;	
d) Os cargos ocupados ultrapassam 60 horas, mas são compatíveis.	
Observações	
a) não foram juntados comprovantes do que foi alegado na alínea “d” supra, ao contrário, os achados da instrução anterior demonstram exatamente o oposto.	

MAURÍLIO SANTOS VIEIRA	
Matrículas	39.544-7 e 128.208-5
Achados da Instrução Anterior	fls. 1173, 1175
§ 65-b-3 - exerce longas jornadas sem intervalo para repouso (maior que 1 hora);	
§ 67 – jornada extenuante, em face das várias horas extras prestadas	
Argumentos de Defesa	fls. 1309/1314
a) Possui 2 cargos efetivos: 20hs na SES/DF (médico anestesiológista) e 40hs na PCDF (perito médico-legista), perfazendo 60 horas semanais, cuja acumulação é lícita;	
b) A jornada em ambos os cargos é compatível;	
c) Eventualmente, por imposição da chefia, presta horas extras no HRC (onde está lotado na SES/DF);	
d) A extrapolação das 60 horas semanais não constitui nenhuma ilegalidade segundo julgado do STJ;	
e) Tem colaborado com a Administração, realizando o melhor de seu trabalho,	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 1374
Proc.: 3442/12
Rubrica

fazendo-o com consciência, honestidade, competência e eficiência, rigorosamente dentro da legislação do país.
Observações
a) não foram juntados comprovantes do que foi alegado na alínea “b” supra; b) nada foi dito sobre os achados da instrução anterior.

ROBERTO FERREIRA WANDERLEY	
Matrícula	39.549-8
Achados da Instrução Anterior	fls. 1173
§ 65-b-1 - exerce longas jornadas sem intervalo para repouso (maior que 1 hora);	
Argumentos de Defesa	fls. 1316/1320
a) A acumulação de cargos é prerrogativa constitucional (art. 37, XVI) com limitação apenas da compatibilidade de horários e de serem 2 cargos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, no caso, médico. Inexistindo assim, a limitação imposta pela Corte; b) Apresenta julgados (STJ e TJDFT) e Parecer da PGDF pela inviabilidade de imposição de limites à carga horária; c) A Administração deve se limitar a aferir a compatibilidade; d) Os cargos ocupados ultrapassam 60 horas, mas são compatíveis.	
Observações	
a) não foram juntados comprovantes do que foi alegado na alínea “d” supra; b) nada foi dito sobre o achado da instrução anterior.	

ÁUREA SAKR CHERULLI	
Matrícula	39.897-7
Achados da Instrução Anterior	fls. 1173
§ 65-a – trabalha todos os dias da semana	
Argumentos de Defesa	fls. 1322
a) Trabalha em laboratório (função de anátomo-patologista) numa demanda diária, inclusive finais de semana, das 7 às 19hs (12hs). Entretanto, alega que, como o serviço é por demanda de análises e não de atendimento de pacientes, lhe sobram, por vezes, horas livres e que descansa até 14 horas para retornar a outra jornada.	
Observações	
a) não foram juntados comprovantes do que foi alegado na alínea “a” supra.	

MANOEL EUGÊNIO DOS SANTOS MODELLI	
Matrícula	58.928-4
Achados da Instrução Anterior	fls. 1174
§ 66 – prática de horas extras mesmo acumulando 80 horas semanais.	
Argumentos de Defesa	fls. 1324/1331
a) A acumulação de cargos é prerrogativa constitucional (art. 37, XVI) com	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 1374
Proc.: 3442/12
Rubrica

<p>limitação apenas da compatibilidade de horários e de serem 2 cargos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, no caso, médico. Inexistindo assim, a limitação imposta pela Corte;</p> <p>b) O Processo SES/DF 060.012.737/08 à fl. 59 atesta que o servidor exerce suas atividades em ambos os vínculos em horários compatíveis entre si;</p> <p>c) Por ser médico detém conhecimentos que o permitem afirmar que a jornada de 80 horas não causou malefícios a sua saúde ou a sua destreza e afimco na prestação dos serviços;</p> <p>d) Cita o julgado (20050110146732APC) em defesa das 80 horas;</p> <p>e) Alega estar aposentado desde 4/10/12 e que qualquer alteração representaria redução em seu vencimento, afrontando o inc. XV, art. 37, CRFB/88 e o inc. 3º, art. 41, Lei 8.112/90, bem como manifestação do STF no Agravo Regimental – Recurso Extraordinário nº 343005;</p> <p>f) Que está vinculado atualmente somente à PCDF;</p> <p>g) Que as “horas-extras” são uma necessidade da SES/DF para fechamento de escalas, uma vez que a mesma não dispõe de médicos suficientes para atendimento adequado à população. São ocasionais e não fazem parte da grade horária normal do médico;</p>	
Observações	
a) não foram juntados comprovantes do que foi alegado na alínea “b” supra.	

JOSÉ GERALDO DE ANDRADE JÚNIOR	
Matrícula	61.782-2
Achados da Instrução Anterior	fls. 1173
§ 65-b-1 - exerce longas jornadas sem intervalo para repouso (maior que 1 hora);	
Argumentos de Defesa	fls. 1333/1339
a) A acumulação de cargos foi considerada legal para o servidor em comento pelo TJDF no Processo nº 20100112095405APO (fls. 1335/1339).	
Observações	
a) Acórdão nº 551.022 – fl. 1347;	
b) Cabe acrescentar que, no julgamento em comento, o voto do Revisor (fls. 1351/1353) acompanhou a posição defendida por esta Divisão;	
c) Ademais, a ementa do Acórdão nº 551.022 deixa claro que deve haver a compatibilidade de horários (fls. 1347), o que deve ser demonstrado e atestado pelas chefias.	

MARCELO DE MAGALHÃES ALVES	
Matrícula	39.493-9
Achados da Instrução Anterior	fls. 1174
§ 65-c-3 – jornadas longas e consecutivas, com curto intervalo para repouso entre elas.	
Argumentos de Defesa	fls. 1341/1345



a) A acumulação de cargos é prerrogativa constitucional (art. 37, XVI) com limitação apenas da compatibilidade de horários e de serem 2 cargos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, no caso, médico. Inexistindo assim, a limitação imposta pela Corte;	
b) Apresenta julgados (STJ e TJDFT) e Parecer da PGDF pela inviabilidade de imposição de limites à carga horária;	
c) A Administração deve se limitar a aferir a compatibilidade;	
d) Os cargos ocupados ultrapassam 60 horas, mas são compatíveis.	
Observações	
a) não foram juntados comprovantes do que foi alegado na alínea “d” supra;	
b) nada foi dito sobre o achado da instrução anterior.	

8. Dessa forma, a exceção do servidor JOSÉ GERALDO DE ANDRADE JÚNIOR, o qual está amparado por decisão judicial, nada foi trazido aos autos para refutar os achados já apontados ou para comprovar a compatibilidade e razoabilidade das 80 horas trabalhadas.

9. Ressalta-se que a PCDF notificou 12 servidores¹ (fls. 1238, 1239, 1246, 1261, 1293, 1298, 1302, 1308, 1315, 1321, 1323, 1332) e encaminhou as defesas a esta Casa, por meio dos Ofícios nºs 393/2013-DGP (fl. 1238) e 462/13-DGP (fl. 1340). Entretanto, absteve-se de emitir qualquer juízo a respeito das manifestações acostadas. Já a SES/DF, apesar de ter solicitado prorrogação de prazo, *com o fim de dar efetivo cumprimento ao contido na Decisão nº 6401/2012* (fl. 1211), não enviou até a presente data² qualquer manifestação.

PROCESSO Nº 38.097/07

10. Conforme solicitado por meio da Decisão nº 6.401/12 (fls. 1208) e por tratar-se de matéria correlata à aqui tratada, informamos que o Processo nº 38.097/07 foi recentemente instruído pela SEFIPE, encontrando-se em trâmite para o Ministério Público, com a seguinte manifestação:

“(...) temos que as notícias trazidas pelo Parquet no documento de fls. 694/699 não interferem nas conclusões a que chegamos na instrução anterior, motivo pelo qual mantemos as sugestões de fls. 650/689”

11. As sugestões, portanto, são as seguintes:

“(...) Diante do exposto, sugere-se ao Tribunal:

I – tomar conhecimento dos documentos de fls. 634/649;

II – em atenção ao item V da Decisão nº 5306/12, tendo em vista a jurisprudência do TJDFT, STJ e STF, bem como a Lei Complementar DF nº 840/11 – deliberar no sentido de que:

¹ Todos já constantes dos presentes autos.

² O prazo concedido por meio da Decisão nº 233/12 esgotou-se em 06/03/13 (fls. 1226).



a) a jornada laboral semanal cumulada de servidor público que acumula lícitamente cargos públicos não possui limitação legal, devendo a compatibilidade de horários ser aferida pela Administração Pública, no caso concreto, de modo a não prejudicar a eficiência na prestação do serviço público e a dignidade da pessoa humana do próprio servidor;

b) não se mostra factível, conforme revela a jurisprudência de diversos Tribunais pátrios, a exemplo do RE 635016, jornada cumulada semanal de 80h por servidor público, vez que traria prejuízos à Administração Pública, à população e ao próprio servidor;

c) nos termos do art. 46, § 3º, da Lei Complementar nº 840/11, o servidor que acumule lícitamente cargo público fica obrigado a comprovar anualmente a compatibilidade de horários;

d) nos termos do art. 156, § 1º, da Lei complementar nº 840/11, a investidura em cargo em comissão de servidor ocupante de dois cargos efetivos, acumuláveis na forma da Constituição Federal, sujeitá-lo-á ao afastamento dos cargos efetivos, com a suspensão das correspondentes remunerações, observadas, contudo, estas outras possibilidades:

d.1) caso o cargo em comissão esteja atrelado a um dos cargos efetivos, ao servidor será facultado optar pela remuneração integral do cargo em comissão ou pela remuneração do referido cargo efetivo, acrescida de oitenta por cento dos vencimentos ou subsídio do cargo em comissão por ele exercido, salvo disposição legal em contrário;

d.2) caso o cargo em comissão esteja atrelado a um dos cargos efetivos e, ainda, haja compatibilidade de horários, ao servidor optante pela remuneração do referido cargo efetivo, nos termos da alínea anterior, será permitida a acumulação da remuneração do outro cargo efetivo, que continuará sendo exercido, respeitado a natureza de “acumulatividade” das funções do cargo em comissão com esse cargo efetivo, na forma estatuída na Constituição Federal;

d.3) também será permitida a acumulação da remuneração dos dois cargos efetivos, mesmo sem a contraprestação do serviço, desde que a soma das horas de trabalho dos cargos em regime de acumulação lícita não superar quarenta e quatro horas semanais e não tenha o servidor feito a opção pelo valor integral do cargo em comissão.

III – dar ciência da decisão aos jurisdicionados do Tribunal;

IV- autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para arquivamento.”

ANÁLISE DO DOCUMENTO¹ DE FLS. 1232/1237

¹ Representação nº 44/2012 – CF.



12. Por meio da Decisão nº 178/13 (fls. 1231), prolatada no Processo nº 30.402/12, o TCDF determinou a juntada do documento de fls. 1232/1237 para subsidiar, no que couber, a análise destes autos.
13. O documento em questão aborda diversos aspectos que já estão sendo tratados em outros autos. São eles os Processos nºs 38.097/07, 20.733/12 e 15.282/09.
14. Para subsidiar o presente feito, extrai-se do documento em tela a informação do acúmulo, pela servidora AUDIRENE PEREIRA DE AZEVEDO, de cargos perfazendo 80 horas semanais. Contudo, consultando o SIGRH, identificamos que a mencionada servidora acumula 60 horas como auxiliar de enfermagem (20hs - matrícula nº 143.126-9) e como enfermeira (40hs – matrícula nº 180.510-X), na Secretaria de Saúde (fls. 1346).
15. Apesar de a inspeção que originou estes autos ter objetivado a identificação dos peritos médicos legistas que acumulam cargos, algumas sugestões aqui proferidas terão caráter geral, atingindo as demais categorias.

CONCLUSÃO

16. Diante do exposto permanecem válidas as conclusões ofertadas na Instrução de fls. 1149/1191, quais sejam:

“(...) 70. O cumprimento de longas jornadas de trabalho consecutivas, sem ou com curto intervalo para descanso, a que estão submetidos a quase totalidade dos que acumulam 80 horas semanais (na SES e PCDF, conforme demonstrado nos achados: 34 h, 32 h etc), é prejudicial às jurisdicionadas na medida que, ante a limitação orgânica do servidor, parte dessa carga horária, seguramente, é destinada ao repouso, estando o erário, dessa forma, remunerando o servidor sem a devida contraprestação do serviço. Não ocorrendo essa prestação do serviço, conseqüentemente, a clientela à qual ele se destina também fica prejudicada.

71. Quanto ao servidor, não resta dúvida de que jornadas extenuantes lhes são prejudiciais, seja em termos de saúde, de convívio familiar, de lazer etc. Inclusive, vários sites apontam riscos para a saúde nos casos de longas jornadas de trabalho. Dentre eles, cite-se a notícia divulgada no New York Times segundo a qual pesquisadores britânicos apontam que “quem trabalha mais do que 11 horas por dia tem 66% maiores chances de sofrer ataque cardíaco”.

72. Destaque-se que a Constituição, ao assegurar aos trabalhadores urbanos e rurais, e, também, aos servidores públicos, a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais (artigos 7º, inciso XIII, e 39, § 3º, da CRFB), reconhece os malefícios de uma jornada extensa de trabalho, à qual são submetidos, obrigatoriamente, conforme demonstrado nos achados, os que acumulam jornadas de 80 horas semanais.



73. Além disso, o exercício de jornada de trabalho extensa, aliado à dificuldade de comunicação entre os órgãos e à fragilidade do controle do cumprimento da jornada de trabalho e do registro de frequência, constituem fatores facilitadores da ocorrência de longas jornadas consecutivas sem intervalo para repouso, sobreposição de jornadas, bem como ausência de intervalo suficiente para deslocamento do servidor entre uma escala e outra (conforme constatado nos achados dessa inspeção), podendo resultar em descumprimento da escala, atrasos significativos ou mesmo faltas ao serviço, causando, conseqüentemente, prejuízos ao erário, que, ante a fragilidade do controle mencionada, provavelmente remunerará o servidor mesmo sem a devida contraprestação do serviço. Também ficará prejudicada a sociedade, a qual ficará privada do atendimento que lhe seria prestado nos horários em que deveria ter havido o exercício do cargo.

74. Outrossim, o cumprimento da jornada de trabalho de forma diversa da qual estava escalado, seja para corrigir sobreposição de horário quando da elaboração da escala, ou por outro motivo qualquer, constitui fator de prejuízo não só para a Administração mas também para os usuários do serviço, principalmente quando se trata de atendimentos agendados (consultas, cirurgias programadas etc), pois podem resultar em cancelamento de procedimentos ou reagendamento, seja pela ausência do médico ou do paciente (quando não informado a tempo da mudança da escala do médico ou mesmo nos casos de se encontrar impossibilitado de comparecer na nova data marcada). Tal fato, sem dúvida, onera o erário e sobrecarrega o Sistema de Saúde já tão abarrotado.

75. Por ser pertinente, convém trazer a baila excertos do Parecer nº 1526/11 da lavra do douto Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, proferido nos autos de aposentadoria nº 33333/06, acerca de acumulação de cargos com jornada de 80 horas semanais. Afirma o ilustre Procurador que, as questões envolvendo a compatibilidade de horários devem ser examinadas sempre em face do caso concreto, e não presumidas em razão de deliberações anteriores, sob pena de se tornar regra o que é exceção, pior, em flagrante descompasso com o propósito emanado da Carta Magna. A acumulação de cargos, além de legal, deve ser factível, sendo necessária, portanto, a cabal comprovação da compatibilidade da carga horária de cada vínculo laboral. Ressalte-se que as conclusões apresentadas nesta inspeção afinam com esse posicionamento, pois baseiam-se na análise de fatos reais.

76. Defende, ainda, o nobre membro do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, que a compatibilidade de horário, fixada na Constituição nos casos de acumulação de cargos, tem por finalidade a excelência e a eficiência do serviço público, as quais ficam comprometidas quando do exercício de jornadas extensas. Aponta, ademais, que o exercício desse tipo de jornada compromete os intervalos de repouso, alimentação e lazer, fundamentais ao regular desempenho do trabalho. Eis os termos da manifestação mencionada:

10. A par disso, a compatibilidade horária é requisito fundamental para a concessão da cumulação a que se objetiva, conforme expressa



previsão constitucional, cuja finalidade, no entender deste **Parquet**, é garantir a excelência e a eficiência do serviço público. (Grifado).
(...)

13. Nesse contexto, ainda que parte dessas jornadas pudesse ser prestada em regime de carga horária variada, com possibilidade de flexibilização das respectivas atividades, verifica-se que o exercício dos dois cargos pressupõe horários de difícil consecução, com sério comprometimento dos intervalos de repouso, de alimentação e de lazer, os quais são fundamentais ao regular desempenho do trabalho de qualquer servidor e à manutenção de sua higidez física e mental.

14. Logo, (...) em face da impossibilidade de conciliação de carga horária semanal de 40 horas em cada local de trabalho, não vejo como a servidora poderia, adequadamente, cumprir as jornadas de Música e de Professor, sem prejuízo para o exercício das atividades. Nessas circunstâncias, ante a incompatibilidade de horário, a acumulação de cargos sob exame é ilegal. (Grifado).

77. *Da leitura do caput do art. 37¹ da CRFB, verifica-se que a eficiência é um dos princípios a que a Administração Pública está submetida. Assim, a interpretação da expressão "compatibilidade de horário", para fins de acumulação de cargo de que trata o inciso XVI desse artigo, não pode estar desassociada desse princípio.*

78. *No sentido de que há de ser observado não só a ausência de sobreposição de jornada de trabalho, mas também o princípio da eficiência, quando da análise da legalidade da acumulação de cargos, encontra-se o voto do Desembargador Jaime Ramos, proferido na Apelação Civil em Mandado de Segurança nº 2011.078396-4, condutor da sentença da 4ª Comarca de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a qual reformou, por unanimidade, decisão da 2ª Vara de Guaramirim (SC). Por constituir um verdadeiro estudo sobre o tema acumulação de cargos, cópia do inteiro teor desse extenso e aprofundado voto foi juntada às fls. 1142/1148.*

79. *Em face da pertinência temática, convém trazer à baila excertos desse pronunciamento, o qual afasta a possibilidade de acumulação de jornadas extensas fundamentada na inexistência de previsão legal para a limitação do período semanal de trabalho do servidor público:*

A solução do caso concreto exige interpretação teleológica da Constituição Federal de 1988, pois não é razoável entender que a compatibilidade de horários esteja somente determinada pela sua composição formal e acomodação nas vinte e quatro horas diárias, em detrimento das condições fisiológicas do servidor público que podem comprometer a eficiência do serviço público, um dos princípios de obediência essencial, pela administração.

¹ CRFB/88 (...)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte



Nesse sentido, a douta Ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, pontuou com precisão entendimento de que, em discussões como a presente, deve imperar a comprovação da compatibilidade de horários no sentido da eficiência do serviço público. (...)

(...)

Por seu turno, o parágrafo 2º, do art. 118, da Lei nº 8.112/90, dispõe que 'a acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários'.

Esta comprovação se faz necessária para garantir a eficiência do serviço público, e conforme bem salientou o Exmº Juiz a quo, às fls. 185/186, 'Com efeito, embora inexista limite legalmente previsto para a carga horária decorrente da cumulação de funções, certo é que não há como se admitir a carga semanal de 70 horas, uma vez que tal exigiria, excluído um descanso semanal, mais de 11 horas de trabalho diário, sem contar o tempo necessário à alimentação e ao deslocamento. Tal regime extrapola os limites da razoabilidade e importaria, por certo, em decréscimo da qualidade do trabalho realizado, o que não se coaduna com o princípio da eficiência, mormente se considerado que o Impetrante atua na área de saúde, onde um descuido pode ser fatal', donde se conclui pela obrigatoriedade desta comprovação, principalmente em se tratando de mandado de segurança, como no presente caso, em que a prova deve ser pré-constituída. *Grifado.*

(...)

A compatibilidade de horários não deve ser entendida, apenas, como a ausência de choque entre as jornadas de trabalho.(...)

80. *Com relação ao princípio da eficiência, o nobre Desembargador assim escreveu:*

O caput do art. 37 da Constituição Federal estabelece os princípios norteadores da Administração Pública. A partir da Emenda Constitucional nº 19/1998, o elenco de princípios passou a ser constituído, também, pela eficiência, pois, segundo HELY LOPES MEIRELLES, entende-se que "o princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros" (Direito administrativo brasileiro. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 98).

JOSÉ AFONSO DA SILVA entende que "eficiência não é um conceito jurídico, mas econômico; não qualifica normas; qualifica atividades. Numa ideia muito geral, eficiência significa fazer acontecer com racionalidade, o que implica medir os custos que a satisfação das necessidades públicas importam em relação ao grau de utilidade alcançado. Assim, o princípio da eficiência, introduzido agora no art. 37 da Constituição pela EC-19/98, orienta a atividade administrativa no sentido de conseguir os melhores resultados com os meios escassos de que se dispõe e a menor custo. Rege-se, pois, pela regra da consecução do maior benefício com o menor



custo possível. Portanto, o princípio da eficiência administrativa tem como conteúdo a relação meios e resultados.

(...)

Isso quer dizer, em suma, que a eficiência administrativa se obtém pelo melhor emprego dos recursos e meios (humanos, materiais e institucionais) para melhor satisfazer às necessidades coletivas num regime de igualdade dos usuários. Logo, o princípio da eficiência administrativa consiste na organização racional dos meios e recursos humanos, materiais e institucionais para a prestação de serviços públicos de qualidade com razoável rapidez, consoante previsão do inciso LXXVIII do art. 5º (EC-45/2004) e em condições econômicas de igualdade dos consumidores. O princípio inverte as regras de competência, pois o bom desempenho das atribuições de cada órgão ou entidade pública é fator de eficiência em cada área da função governamental" (Curso de direito constitucional positivo. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 673).

(...)

Não é razoável acreditar que um profissional com tamanha carga de trabalho consiga executar com precisão todos os procedimentos dele exigidos, mesmo que alegue estar acostumado à rotina de trabalho e que os intervalos intrajornada lhe possibilitem algum descanso.

A atividade de técnico em enfermagem é extenuante, exige atenção redobrada, pois dela dependem ações efetivas de cuidados a pacientes internados, atendimento ao público, aplicação de vacinas, administração de medicamentos, etc.

Um mero descuido em tais procedimentos pode ter consequências negativamente importantes para o paciente, de modo que a dupla jornada somente contribuiu para o incremento destes riscos.

81. *Registre-se que esse voto foi embasado em várias decisões daquela Corte de Justiça, contrárias à acumulação de cargos quando a carga horária praticada redundava em jornada de trabalho extenuante, prejudicial à eficiência do serviço público:*

(...) o Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal vem sistematicamente reconhecendo, por incompatibilidade de horários, a impossibilidade de cumulação de cargos de enfermeiro ou técnico em enfermagem, quando a carga horária cumulada redundava em jornada de trabalho extenuante e prejudicial à eficiência do serviço público, como nos casos de montantes que variam entre 70 a 80 horas semanais. Veja-se:

"MANDADO DE SEGURANÇA - CUMULAÇÃO DE CARGOS - PROFISSIONAL DA SAÚDE - INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS - IMPOSSIBILIDADE - ORDEM DENEGADA. "Embora a acumulação de cargos de profissionais da saúde seja permitida pela Constituição Federal (art. 37, XVI, 'c'), é inconcebível o exercício simultâneo de dois cargos de enfermeiro, cuja jornada resulta em 70 (setenta) a 80 (oitenta) horas semanais, haja vista a incompatibilidade de horários, e também em razão do desgaste físico da função, que demanda especial dedicação e zelo com os pacientes enfermos" (TJSC, Mandado de Segurança n. 2005.032286-0,



de competência originária do Tribunal de Justiça. Rel. Des. Cid Goulart. j. 10/5/2006; idem MS n. 2002.024205-0, julgado em 14.06.2006).

"ADMINISTRATIVO - CUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS NA ÁREA DA SAÚDE - COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS - CARGA TOTAL EXTENUANTE - SEGURANÇA DENEGADA "Embora a própria Constituição Federal autorize, no art. 37, XVI, 'c', o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, é necessária, além da compatibilidade de horários, a possibilidade de seu cumprimento" (TJSC. Mandado de Segurança n. 2005.001126-6, da Capital. Rel. Des. Luiz César Medeiros. J. 27/4/2005). Deste julgado, extrai-se, do voto do eminente relator, Desembargador Luiz César Medeiros:

82. *Por fim conclui o Desembargador que a compatibilidade há de expressar uma possibilidade lógica e humana do cumprimento das horas de trabalho, nos empregos acumulados. Ou seja, para que seja considerado compatível, há que ser factível. Ou seja, a carga horária total não pode ser de tal monta que se mostre extenuante, comprometendo a qualidade da prestação do serviço que, por ser público, deve, obrigatoriamente, observar o princípio da eficiência:*

(...) embora a situação da autora se enquadre na autorização contida no art. 37, XVI, 'c', da Constituição Federal, não basta a compatibilidade de horários. É necessária, além da conformação de horários, a possibilidade de seu cumprimento. Ou seja, a carga horária total não pode ser de tal monta que se mostre extenuante, comprometendo a qualidade da prestação do serviço que, por ser público, deve obrigatoriamente observar o princípio da eficiência.

(...)

(...) A compatibilidade há de expressar uma possibilidade lógica e humana do cumprimento das horas de trabalho, nos empregos acumulados. Compatível, desde que factível em termos humanos. Ninguém poderia entender, p. ex., compatíveis os horários de trabalho de cargos que preencham um o período diurno e outro o noturno, porque é sabido que ninguém pode trabalhar sem um mínimo de descanso'

83. *A ementa da citada Apelação Civil encontra-se assim redigida:*
Apelação Cível em Mandado de Segurança nº 2011.078396-4, de Guaramirim

Relator: Des. Jaime Ramos

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL – APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA – TÉCNICO EM ENFERMAGEM – CUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS – ÁREA DA SAÚDE – POSSIBILIDADE SE HOVER COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS – JORNADA EXTENUANTE QUE PODE PREJUDICAR A EFICIÊNCIA – SEGURANÇA DENEGADA.

"Embora a acumulação de cargos de profissionais da saúde seja permitida pela Constituição Federal (art. 37, XVI, "c"), é inconcebível o exercício simultâneo de dois cargos de enfermeiro, cuja jornada resulta em 70 (setenta) a 80 (oitenta) horas semanais, haja vista a incompatibilidade de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 1374
Proc.: 3442/12
Rubrica

horários, e também em razão do desgaste físico da função, que demanda especial dedicação e zelo com os pacientes enfermos" (TJSC, MS n. 2005.032286-0, Rel. Des. Cid Goulart).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2011.078396-4, da Comarca de Guaramirim (2ª Vara), em que é apelante Município de Guaramirim, e apelada Jani Noêmia Franke Schumann:

A Quarta Câmara de Direito Público decidiu, por votação unânime, dar provimento ao recurso e ao reexame necessário.

Custas na forma da lei.

Do julgamento realizado em 12/1/2012, presidido pelo Exmo. Sr. Desembargador Cláudio Barreto Dutra, com voto, participou o Exmo. Sr.

84. *Em consulta à jurisprudência de outros Tribunais, constata-se diversos julgados na mesma direção, ou seja, no sentido de verificar a compatibilidade de horário em função do princípio da eficiência, sendo, portanto, contrários à acumulação de jornadas de trabalho extensas (superiores a 60 horas). Vejamos:*

Ementa

AÇÃO RESCISÓRIA -ACUMULAÇÃO DE CARGOS - ENFERMEIRA - VIOLAÇÃO À LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI -INOCORRÊNCIA

• Ação rescisória objetivando a desconstituição de acórdão que considerou ilícita a acumulação dos cargos públicos de enfermeira exercidos pela autora. Segundo o decisum, não há compatibilidade de horários quando o total de horas trabalhadas, no caso, 80 (oitenta), compromete a eficiência do serviço público e a saúde da coletividade e do próprio servidor. A interpretação eleita é razoável, acolhida à época (e ainda hoje) pelos Tribunais, e não destoa da literalidade dos arts. 118, § 2º, da Lei nº 8.112/90 e 37, XVI, da Carta Maior. Pelo contrário: espelha exegese atenta ao sistema constitucional vigente e ao princípio da unidade da Constituição. E neste caso, não há que se falar em violação a literal disposição de lei. Inteligência da Súmula nº 343 do STF. De outro lado, existindo expresse pronunciamento judicial sobre as cargas horárias exercidas pela autora, a tese de erro de fato é insubsistente. Ação Rescisória improcedente. Grifado.

Acórdão

Acordam os membros da Terceira Seção Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, julgar improcedente o pedido, nos termos do voto do Relator.

(Processo: AR 200902010072808 RJ 2009.02.01.007280-8; Relator(a):Desembargador Federal GUILHERME COUTO; Julgamento: 25/03/2010; Publicação: E-DJF2R - Data::08/04/2010 – Página::26)

Ementa

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ACUMULAÇÃO. CARGOS PÚBLICOS DE PROFESSOR. 80 HORAS SEMANAIS. JORNADA EXCESSIVA. IMPOSSIBILIDADE. APELAÇÃO IMPROVIDA.



1. O cerne da questão diz respeito à possibilidade de cumulação de dois cargos públicos de professor, os quais juntos, perfazem uma carga horária de 80 (oitenta) horas semanais.
2. A despeito de as grades das aulas ministradas pelo (a) Impetrante serem compatíveis entre si, a jornada de trabalho de 80 (oitenta) horas é absolutamente excessiva, visto que representa quase o dobro do limite máximo fixado pela Carta Magna para a jornada normal de trabalho dos servidores públicos.
3. "A compatibilidade de horários, prevista no art. 37, XVI, da CF/88, como requisito para a possibilidade de acumulação de dois cargos públicos de professor, não deve ser entendida, apenas, como a ausência de choque entre as jornadas de trabalho." (AMS - Apelação em Mandado de Segurança - 82600, Relator (a) Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, Sigla do órgão TRF5, Órgão julgador Terceira Turma, Fonte DJ - Data:15/10/2007 - Página:705 - Nº:198)
4. Revela-se incabível a acumulação dos cargos em referência, tendo em vista que, somadas, as suas cargas horárias revelam-se excessivas, totalizando 80 (oitenta) horas semanais. Ressalve-se, no entanto, a possibilidade de opção para cumulação com o limite da carga horária de 60 horas.
4. Apelação parcialmente provida.

Acórdão

UNÂNIME

(Processo: AC 446936 CE 0000644-67.2007.4.05.8100; Relator(a): Desembargador Federal Francisco Barros Dias; Julgamento: 30/03/2010; Órgão Julgador: Segunda Turma; Publicação: Fonte: Diário da Justiça Eletrônico - Data: 15/04/2010 - Página: 332 - Ano: 2010)

Decisão - STF

Trata-se de recurso extraordinário (art. 102, III, a, da Constituição Federal) contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, cuja ementa tem o seguinte teor (fls. 168): "APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. REGIME ESTATUTÁRIO. ART. 37, XVI, "C", DA CF/88. PROFISSIONAL DE SAÚDE. TÉCNICA EM ENFERMAGEM. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS NÃO COMPROVADA.

1 -A questão não se resolve pela aferição de serem ou não ambos os cargos próprios de profissionais de saúde, aptos à cumulação permitida no art. 37, inciso XVI, alínea "c", da Lei Maior. Ainda que se admita, por tal aspecto, a acumulação, o problema invencível é o da compatibilidade de horário. O exercício de 80 horas semanais mostra, em si, a dificuldade de fazer compatíveis os horários, pois, admitido um dia semanal de folga obrigatório, a operação matemática seria: $80h/6 = 13h,333...$ por dia. É inviável conseguir, ainda, somar intervalos obrigatórios, refeição e deslocamento de um para o outro local, sem reconhecer que, na prática, tudo redundará em atividade não exercida. A jornada de trabalho semanal de 40 horas, isto é fixo. O sistema de plantões é que pode variar. Improcedente o pedido. Grifado.



2 -Apelação desprovida.

"O recorrente alega que o acórdão impugnado viola o art. 37, XVI, c, da Constituição. Sustenta, em síntese, que "A Constituição Federal não limita a possibilidade de acumulação a um número 'x' de carga horária, apenas condicionou o exercício à compatibilidade de horários; aferição esta, que será realizada pela própria Administração Pública NO DECORRER DA ATIVIDADE, através de vários meios, como, por exemplo, o controle do ponto do servidor" (grifos originais - fls. 172). É o relatório. Decido. Verifico que rever a existência ou não de compatibilidade de horários implica, necessariamente, o reexame das provas que fundamentaram as conclusões do acórdão recorrido. Isso inviabiliza o processamento do recurso, ante a vedação contida no enunciado da Súmula 279 desta Corte. Do exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário. Publique-se. Brasília, 28 de fevereiro de 2012. Ministro JOAQUIM BARBOSA Relator
(Processo: RE 635016 RJ - Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA – Julgamento: 28/02/2012 – Publicação: DJe-045 DIVULG 02/03/2012 PUBLIC 05/03/2012)

Ementa

REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. REGIME ESTATUTÁRIO. PROFISSIONAL DA SAÚDE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS NÃO COMPROVADA.

A impetrante exerce cargos cumulados que perfazem 80 horas semanais. É certo que, em tese, os cargos são próprios de profissionais de saúde, aptos à cumulação permitida no art. 37, inciso XVI, alínea "c", da Lei Maior. Mas, ainda que se admita, por tal aspecto, a acumulação, o problema é o da compatibilidade de horário. O exercício de 80 horas semanais mostra, em si, a impossibilidade de fazer compatíveis os horários, além de ferir tratados e regime máximo de horas (que deve ser garantido a todos). Não se pode tolerar a leniência, e é impossível desconhecer que, com intervalos obrigatórios, refeição e deslocamento de um para o outro local, na prática, tudo redundará em atividade não exercida, ou então sério dano à saúde da impetrante. A alegação de que a Impetrante trabalha em regime de plantão é insuficiente para autorizar a cumulação, pois essa situação é mutável. Remessa necessária e apelação da UFF providas. Segurança denegada. Grifado

Acórdão

Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso e à remessa necessária, nos termos do voto do Relator.

(Processo: APELREEX 2006.51.01.016715-8 RJ – Relator(a): Desembargador Federal GUILHERME COUTO – Julgamento: 04/11/2009 - Órgão Julgador: SEXTA TURMA ESPECIALIZADA – Publicação: DJU - Data::18/11/2009 – Página::83)



85. Ademais, a exigência de comprovação anual da compatibilidade de horário contida no § 3º do art. 46¹ do atual regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, Lei Complementar nº 840/11, depõe a favor da interpretação de que a compatibilidade de horários, como requisito para a possibilidade de acumulação de dois cargos públicos, não deve ser entendida, apenas, como a ausência de choque entre as jornadas de trabalho, pois, se assim fosse, não haveria necessidade de tal comprovação anual.

86. Então, diante dos achados relatados, das considerações tecidas e dos julgados citados conclui-se que a acumulação de cargos com jornada de 80 horas semanais é prejudicial tanto à Administração, quanto aos servidores e à população por eles atendida. Dessa forma, em face dos princípios da economicidade e da eficiência do serviço público, entende-se que o exercício cumulativo em estudo mostra-se incompatível com a acumulação de cargos prevista no art. 37, inciso XVI, da CRFB, ante a ausência de compatibilidade de horário demonstrada.

87. Consequentemente, tem-se por irregular a concessão de ampliação da jornada de trabalho aos integrantes da carreira médica da SES (de 20 para 40 h) que acumulam cargos com jornada de 40 horas semanais em outro vínculo funcional.

88. Em que pese a excepcionalidade do tipo de serviço prestado e a carência de profissional na área, o mesmo se aplica ao exercício de horas extras. Por restar comprovado ser prejudicial tanto à Administração quanto ao servidor e à população ao qual o serviço se destina, a prestação de horas extras, redundando em jornadas extensas, deve ser limitada aos casos de extrema necessidade e urgência do serviço.

89. Quanto à compatibilidade de horários, registre-se que a Lei Complementar nº 840/11, a qual dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, fixou, em seu art. 46, § 3º, que o servidor que acumular lícitamente cargo público fica obrigado a comprovar anualmente a compatibilidade de horários.

90. Com relação à cessão de servidores que acumulam cargo efetivo lícitamente, para exercício de cargo em comissão, observa-se que a Lei Complementar nº 840/11, art. 156² (§2º), manteve a essência do disciplinado no art. 120 da Lei nº 8.112/90, razão pela qual entende-se, s.m.j., que as

¹ Lei Complementar nº 840/11

Art. 46. É proibida a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, para:

(...)

§ 3º O servidor que acumular lícitamente cargo público fica obrigado a comprovar anualmente a compatibilidade de horários.

² Lei nº 840/11

(...)

Art. 156. O servidor, quando no exercício de cargo em comissão ou função de confiança, fica afastado das atribuições do seu cargo de provimento efetivo.



orientações constantes da Decisão nº 2975/08, acerca desse comando, continuam aplicáveis após a entrada em vigor do novo regime jurídico de que trata a referida Lei Complementar.

91. Assim, cabe orientação e recomendação à PCDF (art. 120 da Lei nº 8.112/90) e à SES (art. 156 da LC nº 840/11) no sentido de que os servidores que acumulam dois cargos efetivos na forma da Constituição, cedidos para exercer cargo comissionado em outro órgão, somente fazem jus a receber as duas remunerações dos cargos efetivos, bem como computar o tempo de cedido nos dois órgãos, nos casos de dupla prestação do serviço. Portanto, a PCDF e a SES devem verificar se outros servidores incorrem na mesma situação, adotando as providências necessárias à regularização dessa impropriedade, conforme orientação dada na Decisão nº 2975/08.

92. Por derradeiro, convém registrar que a aplicabilidade do teto constitucional nos casos de acumulação de cargo está sendo objeto de debate no Supremo Tribunal Federal (cite-se RE 602043 e RE 612975), tendo aquela Corte Suprema, inclusive, reconhecido a existência de repercussão geral da questão suscitada. No âmbito do TCDF, vale destacar a Decisão nº 4906/2010, proferida em sede de consulta, levada a efeito no Processo nº 19075/09, a qual está sendo questionada junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF (Processo nº 20100020203595). Assim, deixa-se de abordar esse tema na presente inspeção.

17. Assim, temos que os achados e as conclusões anteriormente apostos na Instrução de fls. 1149/1191 não foram adequadamente refutados, razão pela qual devem ser mantidas as sugestões ofertadas ao egrégio Plenário por esta Divisão, às fls. 1188/1190, com os seguintes ajustes:

I - tomar conhecimento dos Ofícios nºs 393/2013-DGP (fl. 1238) e 462/2013-DGP (fl. 1340), encaminhados em atenção às Decisões nºs 6401/12 e 233/13;

II – considerar improcedentes as razões de defesa apresentadas, à exceção daquela de fls. 1333/1339;

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se ao servidor que acumular lícitamente dois cargos efetivos.

§ 2º No caso do § 1º, a remuneração do segundo cargo efetivo depende da contraprestação de serviço e da compatibilidade de horário com o cargo em comissão ou função de confiança.

§ 3º A contraprestação de serviço e a compatibilidade de horário com o cargo em comissão ou função de confiança de que trata o § 2º devem ser declaradas pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.

§ 4º Independentemente da contraprestação do serviço, se a soma das horas de trabalho dos cargos em regime de acumulação não superar quarenta e quatro horas semanais, o servidor afastado na forma deste artigo faz jus à remuneração ou subsídio dos dois cargos efetivos, salvo no caso da opção de que trata o art. 77, § 2º



III - ter por incompatíveis as jornadas de trabalho que, cumulativamente, perfazem 80 (oitenta) horas semanais, tendo em conta os prejuízos causados à Administração, aos próprios servidores e à população por eles atendida;

IV - considerar irregulares, em face do princípio da eficiência previsto no caput do art. 37 da Constituição, as acumulações de cargos a que se refere o item anterior, quanto à jornada cumulativa de 80 (oitenta) horas semanais;

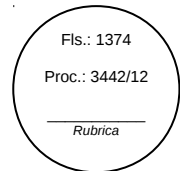
V - determinar à Polícia Civil do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias:

- a) revejam as concessões de ampliação de jornada de trabalho e de horas extras aos servidores que acumulam cargo, a fim de adequá-las ao que vier a ser decidido nestes autos;
- b) adotem medidas efetivas com vistas ao fiel cumprimento do disposto:
 - b.1) no art. 46, § 3º, da Lei Complementar nº 840/11; e
 - b.2) na Portaria nº 145/11 – SES (DODF de 12/08/2011);
- c) observem, em relação aos servidores cedidos que acumulam cargos efetivos, os termos da Decisão nº 2975/08-TCDF (aqui incluído o servidor Rodrigo Nascimento de Avellar Fonseca), devendo a SES atentar ainda para o disposto no artigo 156 da Lei Complementar nº 840/11;
- d) notifiquem os demais servidores, se houver, alcançados pelo consignado nos itens III e V – “a” anteriores, para que, querendo, apresentem suas razões de justificativa aos jurisdicionados, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- e) encaminhem a este Tribunal:
 - e.1) em atenção à decisão judicial proferida no Processo nº 20100112095405APO (Acórdão nº 551.022), demonstrativo da compatibilidade de horários trabalhados pelo servidor José Geraldo de Andrade Júnior atestado pelas respectivas chefias; e
 - e.2) as medidas adotadas em cumprimento às determinações constantes da decisão que vier a ser adotada;
- f) deem ciência da deliberação que vier a ser proferida pelo Tribunal aos servidores que apresentaram razões de defesa;

VI - autorizar:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



- a) o encaminhamento de cópia da presente informação à Polícia Civil do Distrito Federal, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Transparência e Controle;
- b) a devolução destes autos à SEFIPE para acompanhamento.

À consideração superior.

Brasília, 7 de março de 2013.

Liana Resende Brandão
Auditora de Controle Externo
Matricula nº 410-3

Sêlva Silveira de Queiroz
Auditora de Controle Externo
Matrícula nº 574-6